



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

A CLASSE MÉDIA NO BRASIL:
CRESCIMENTO E VULNERABILIDADE

Flavia da Silva Ferreira da Costa
No. de matrícula: 1012413

Orientador: Mauricio Cortez Reis

Junho de 2014



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

A CLASSE MÉDIA NO BRASIL: CRESCIMENTO E VULNERABILIDADE

Flavia da Silva Ferreira da Costa
No. de matrícula: 1012413

Orientador: Mauricio Cortez Reis

Junho de 2014

Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e que não recorri para realizá-lo, a nenhuma forma de ajuda externa, exceto quando autorizado pelo professor tutor.

As opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade única e exclusiva do autor

“Tu te tornas eternamente responsável por aquilo que cativas”

Antoine de Saint Exupéry
O Pequeno Príncipe

Sumário

1 Introdução	5
2 Cenário Brasileiro (1992-2009)	7
3 Definição da Classe Média	13
4 Vulnerabilidade da Classe Média	16
5 Conclusão	25

1 Introdução

Nas últimas décadas tem-se observado grandes mudanças no cenário econômico da América Latina, dentre as quais, uma teve grandes impactos, não só econômico como também políticos: o elevado grau de mobilidade de renda. Embora em alguns casos esse movimento tenha sido descendente, a grande maioria deu-se no sentido oposto, ascendente.

O presente trabalho tem por motivação o grande crescimento da classe média no Brasil nos últimos anos. Representando uma significativa parcela da população, ela é capaz de inspirar importantes políticas públicas. Além disso, pode influenciar no desempenho das instituições e no funcionamento da economia.

Em contrapartida ao crescimento, com possíveis crises futuras como, por exemplo, o aumento da inflação, ou até mesmo por simples mudanças de governo ou de políticas que possam alterar o cenário econômico, surge o questionamento referente a tamanha ascensão da classe média: será que, de fato, ela é sustentável?

Com essas questões em mente, o estudo tem como objetivo estudar a classe média no Brasil, suas definições e características, para que, posteriormente se faça uma análise sobre sua vulnerabilidade. O trabalho vai se ater ao cenário brasileiro e analisar a classe média nos períodos de 1992 e 2009. Será objeto de estudo o crescimento e a vulnerabilidade da classe, ou seja, iremos observar a capacidade da classe C de não voltar a cair para a faixa da pobreza.

Portanto, é necessário compreender no primeiro momento o cenário brasileiro. O entendimento do quadro econômico e político são de grande importância para que se possa pensar sobre o futuro e compreender como e por que mudanças ocorreram nesse período. Além disso, para completar a análise será imprescindível conhecer mais a fundo a classe média.

Dessa forma, de início será de grande importância contextualizar o Brasil nos quesitos políticos e socioeconômicos. Para isso, serão vistas as políticas com grandes impactos na renda e estabilidade da população e o cenário econômico para que tantas mudanças pudessem ocorrer.

Depois, o estudo focará na compreensão da classe média. Isso será feito a partir da literatura para o melhor entendimento de como a classe C pode ser definida. Tendo como base a definição do Banco Mundial, o estudo irá analisar o crescimento da classe média nos períodos de 1992 e 2009 através da parcela da população com um determinado nível de renda.

Feito isto, com os dados da PNAD veremos a sua riqueza, que será avaliada a partir de bens duráveis, como eletrodomésticos e eletrônicos, por exemplo. A partir desse momento, características serão analisadas para que se possa fazer uma fotografia da classe.

Após o entendimento de todos esses fatores, iremos sobrepor as duas análises e refletir sobre a vulnerabilidade da classe média perante uma mudança no cenário brasileiro.

2 Cenário Brasileiro (1992-2009)

Para pensar sobre o presente e o futuro, é imprescindível olhar para trás e compreender o passado. Por diversas vezes escutamos frases desse tipo durante a faculdade e colégio. Em concordância com o pensamento, temos que dar um passo atrás para ir dois à frente. Torna-se importante, então, analisar o cenário econômico desde o início dos anos de 1990 até 2009 para que, ao olharmos para os dados que serão apresentados no quarto capítulo, possamos entender as situações que estão por trás dos mesmos e até para fazer uma análise do que está por vir.

Voltando ao passado um pouco mais, o período de 1950-80 foi marcado por elevada taxa de crescimento, atingindo a taxa média de 7,4% ao ano. O modelo de substituição de importações (MSI) representou um elevado grau de proteção à indústria brasileira, promovendo assim, industrialização no país. Porém, a inflação que, de certo modo havia sido deixada de lado até os anos 70, começou a ser questionada. Entre os anos 70 e 80, o país sofreu com crise da dívida e crise de liquidez externa). Posteriormente, no período de 1986 à 1991 a história do Brasil foi marcada por diversos planos com o propósito de estabilização da inflação. Dado o cenário, a indústria brasileira não mais acompanhava os avanços organizacionais e tecnológicos dos demais países desenvolvidos.

Em 1990, o primeiro presidente eleito por voto direto desde 1961, Fernando Affonso Collor de Mello, tomou posse e teve o seu governo marcado por duas tentativas de estabilização: o Plano Collor I e o Plano Collor II. O primeiro plano foi lançado logo no início do poder, no dia 15 de março de 1991 e consistiu em novo congelamento de preços de bens e serviços (técnica já utilizada em outras tentativas de combate à inflação) e a reintrodução do cruzeiro como moeda. Além dessas medidas, a de maior repercussão foi o sequestro de liquidez, na qual as aplicações financeiras de todos os brasileiros que excediam NCr\$50.000 eram bloqueadas, deixando muitas pessoas que precisavam do dinheiro com uma mão na frente e a outra atrás. Reformas fiscais também aconteceram, impostos tiveram suas alíquotas aumentadas. O resultado do Plano I foi, inicialmente, positivo, deixando a inflação cair da faixa de 80% para cerca de 10%. No entanto, nos períodos seguintes a inflação voltou a aumentar.

Com a situação se agravando, foi lançado o Plano Collor II que tinha por objetivo conter a inflação que já estava na faixa de 20% a.m. Para conseguir atingir o objetivo, houve corte nos gastos públicos e o fim das indexações. Entretanto, os escândalos políticos de corrupção no governo marcaram o fim da credibilidade do mesmo. Por conseguinte, suas políticas econômicas deixaram de ser críveis. Logo em seguida, houve o processo de impeachment que culminou na renúncia do presidente em 1992.

Com a saída de Fernando Collor, Itamar Franco, que na época ocupava o cargo de vice-presidente, assumiu a presidência em outubro do mesmo ano. Mais à frente, Fernando Henrique Cardoso se tornou o ministro da Fazenda e, em 30 de julho de 1994, teve início o Plano Real. Este foi dividido em três fases: ajuste fiscal, desindexação e âncora nominal.

O Plano Real era baseado na ideia de que o problema central estava no desajuste das contas públicas. Por esse fato, a primeira fase tinha como objetivo estabelecer o equilíbrio das contas do governo. O planejamento era de combater a sonegação, desvincular certas receitas da União e redefinir relações, como por exemplo, a da União com os Estados. No entanto, a primeira fase não foi suficiente para combater a inflação.

A segunda fase, de desindexação, foi baseada na criação da Unidade Real de Valor (URV) com o intuito de gerar um grau de estabilidade acabando com a memória inflacionária. Esta seria capaz também de reduzir o período de reajuste de preços. Para que o esperado saísse como o realizado e a inflação permanecesse baixa, foi necessário que o governo elevasse a taxa de juros após o fim da inflação para controlar uma explosão no consumo.

Já a terceira e última fase objetivava garantir a estabilidade da nova unidade de conta criando regras de lastreamento e emissão. A fase da âncora nominal lastreou a oferta monetária doméstica de US\$1 para R\$1, garantiu maior autonomia ao Banco Central e fixou limites trimestrais de estoque da base monetária. Finalmente, o plano de estabilização havia dado certo.

Em contrapartida ao controle da inflação, as taxas de juros se mantiveram elevadas e voláteis no período de 1994 a 1998. Além disso, a taxa de crescimento do Brasil diminuiu, a dívida pública cresceu e o balanço de pagamentos sofreu déficits crescentes.

Podemos dizer que o período de 1990 a 1994 foi marcado por um pequeno crescimento do PIB, sendo este bastante volátil. O início do período apresentou uma forte retração decorrente do Plano Collor I quando houve o “sequestro da liquidez”

seguido de um ligeiro crescimento. No entanto, com o impeachment, o Produto Interno Bruto retornou a cair. Já a segunda metade do período apresentou um elevado crescimento devido à demanda que ficou reprimida por um tempo, às novas oportunidades de financiamento proporcionadas pela estabilização e à recuperação da indústria.

Sendo um dos grandes responsáveis pelo Plano Real, em 1994, Fernando Henrique Cardoso se candidatou à presidência e foi eleito. O cenário econômico do momento apresentava desequilíbrio externo. Este desequilíbrio era decorrente do aumento das importações e da diminuição das exportações. Sendo os déficits financiados com endividamento externo, o país passou a apresentar uma espécie de realimentação do desequilíbrio externo.

O cenário de desequilíbrio piorou ainda mais em 1998 com a crise internacional (crise mexicana em 1994, asiática em 1997 e a declaração da moratória russa em 1998). As exportações brasileiras despencaram. No entanto, a privatização da Telebrás garantiu um suspiro ao país, já que esta foi capaz de elevar as reservas internacionais.

O segundo mandato do FHC, 1998 à 2002, foi marcado por diversas reformas na estrutura do país. Dentre elas estão: a criação do sistema de metas da inflação para servir de modelo às políticas monetárias que estavam por vir, a Lei de Responsabilidade Fiscal, o fim dos monopólios estatais nos setores de telecomunicação e petróleo em decorrência das privatizações e a reforma, embora parcial, da Previdência Social. Em relação ao que foi explicitado no parágrafo anterior, o governo também foi capaz de sanear o sistema financeiro, renegociar as dívidas estaduais e promover ajuste fiscal.

O período ficou caracterizado pela redução do déficit em conta corrente e pelo câmbio flutuante. Houve também uma contínua expansão dos gastos públicos que será explicada com mais detalhes no parágrafo seguinte. Além disso, pôde-se notar a maior autonomia do Banco Central.

Embora a taxa de emprego tenha sido de apenas 2,0% a.a. em média, o governo de Fernando Henrique Cardoso foi responsável por criar uma rede de proteção social que, se comparada aos demais países latino americanos, era relativamente desenvolvida. Embora tenham representado um aumento nos gastos públicos, essas ações foram capazes de proteger as classes menos favorecidas e a distribuição dos recursos foi feita de forma democrática. Dentre as ações implementadas (algumas representaram desdobramentos de políticas já existentes), estão: o Bolsa Escola (transferência de recursos para a manutenção das crianças nas escolas); o Bolsa Alimentação (voltado

para gestantes); o Bolsa Renda (para famílias pobres das regiões com problemas de seca); e a expansão das LOAS (garantia de um salário mínimo aos deficientes e idosos).

Com a chegada do final do mandato de FHC, o Brasil passou por uma fase de grandes incertezas. Muitas pessoas achavam que, com a eleição de Luiz Inácio “Lula” da Silva, personagem caricato da esquerda, o Brasil acabaria por decretar moratória em 2003 e que o compromisso do governo com a austeridade e estabilidade chegaria ao fim. Inicialmente, o futuro presidente tinha como planos o excessivo aumento dos gastos do governo. Essas incertezas e temores acarretaram em aumento do risco-país, aumento da taxa de câmbio e aumento da expectativa de inflação. Entretanto, após ter sido eleito em 2002, suas condutas mudaram.

Objetivando acabar com a crise de desconfiança, o então presidente nomeou Henrique Meirelles como presidente do Banco Central, elevou a taxa básica de juros, cortou gastos públicos e declarou metas de inflação para 2003 e 2004 de 5,5% à 8,5%. As medidas ortodoxas e bastante contrárias ao que se esperava levaram o país a resultados bastante positivos. Além disso, o novo governo deu continuidade às reformas que haviam sido implantadas no período anterior.

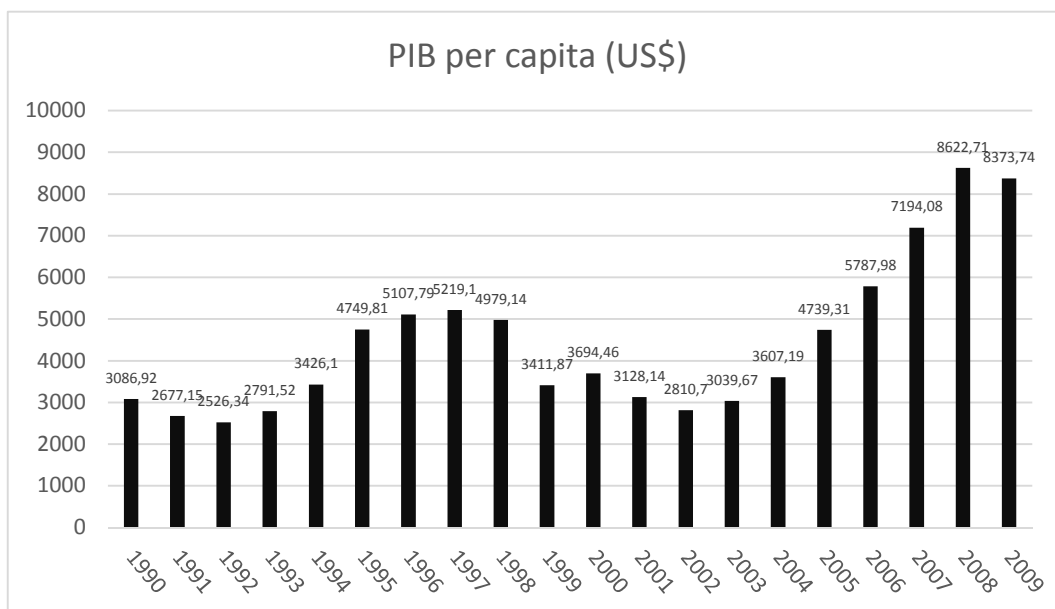
No intervalo de tempo de 2004 a 2008 o país conseguiu atingir a taxa média de crescimento do PIB de 4,8%. Crescimento este que só seria interrompido em 2007 com a crise americana que rapidamente atingiu o mundo todo. Durante todo o mandato, Lula conseguiu manter a inflação dentro do intervalo de tolerância. Com o cenário positivo, o otimismo a respeito do futuro fez com que a demanda por emprego se intensificasse, fazendo com que a taxa de desemprego caísse de 12% em 2002 para 7% em 2010. Além disso, vale ressaltar que o país passou por um processo de formalização da economia. A acumulação de reservas levou a uma redução da dívida externa líquida que há tempos nos incomodava.

O país vivia de fato um período de crescimento. Embora a crise de 2007 tenha causado recessão no nível de atividade no Brasil por dois trimestres, ela não representou aumento na inflação e nem mesmo uma crise mais séria no Balanço de Pagamentos (o que era costumeiro nas décadas de 80/90). Ao contrário de outros países, não houve queda nos níveis de emprego e consumo.

O crescimento brasileiro aliado ao incremento de políticas sociais fizeram com que o país fosse capaz de reduzir o nível de desigualdade e melhorar indicadores de equidade e sociais. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que vai de zero a 1 (um) aumentou de 0,65 em 2000 para 0,69 em 2010. Segundo Neri (2010), 29 milhões

de brasileiros ingressaram “na nova classe média” entre 2003 e 2009. O Índice de Gini, que vai também de zero à um, sendo o zero a melhor “nota” possível, foi de 0,57 em 2001 para 0,51 e 2009. Tais resultados decorrem de fatos como o aumento do salário mínimo, o aumento da taxa de emprego, a formalização da economia, a diminuição do trabalho infantil e do aumento do nível de escolaridade.

Por fim, o período de 1990 2010 representou uma importante mudança da economia do Brasil, que passou a ser mais competitiva com os demais países. A partir de 1990, o país passou por processo de abertura financeira e comercial. Houveram privatizações e o combate à inflação passou a ter o papel principal. Os governantes deram prioridade à estabilidade e austeridade.



Fonte: Banco Mundial

De fato, muitas coisas boas aconteceram como pudemos observar. No entanto, em 2009 o país ainda continuava com competitividade deficiente de sua economia, a taxa de investimento permanecia abaixo do necessário e a poupança doméstica era baixa.

Apenas como forma de ilustração, o gráfico 1.1 no mostra o PIB per capita do Brasil de 1990 à 2009. O gráfico serve para melhor visualização das mudanças ocorridas no período. O período de 1992 foi quando deu início ao processo de estabilização do país. Vemos que a partir daí, o país voltou a crescer. O final dos anos 90 foi marcado por crises mundiais e por isso o baixo crescimento. Mais importante, o anos 2000 nos mostram elevado crescimento, o que nos leva a crer que, com a desigualdade diminuindo (como vimos neste mesmo capítulo), a riqueza da classe

média tenha aumentado de forma significativa. No entanto, isso será analisado apenas no próximo capítulo.

3 Definição da Classe Média

Atualmente não existe uma simples e única definição para a classe média. Nos diversos trabalhos feitos sobre o assunto, ou até mesmo naqueles que não são, mas comentam algo sobre a classe média, podemos ver as mais diferentes formas de classificá-la. Portanto, é imprescindível para o presente trabalho que esta definição seja feita com muita cautela para que, no final, a resposta que estamos procurando seja respondida de forma clara e confiável.

Dentre as formas utilizadas para definir a classe média, a mais comum é com base na renda. No entanto, alguns economistas e sociólogos também a classificam por questões educacionais, profissionais (composição ocupacional), sistema de crenças políticas, acesso à saúde, entre outros aspectos.

Por exemplo, Neri (2008) utiliza a questão de renda e nos diz que a classe média, ou melhor dizendo, a classe C, com base em cálculos da renda domiciliar per capita do trabalho, possui renda entre R\$1064 e R\$4561.

Como veremos a seguir, mesmo com a classificação por renda, não é tão simples estabelecer quais valores serão empregados. Apenas em relação às definições com base no rendimento relativo, existem duas formas. A primeira avalia a parcela de renda que um indivíduo possui de acordo com a distribuição. Alesina e Perotti (1996) e Barro (2000) são exemplos de artigos que classificam a classe média dessa forma, enquanto o primeiro utiliza a parcela de renda de três e quatro quintos da distribuição, o segundo utiliza dois e meio e três quintos da distribuição. Já a segunda forma usa o rendimento médio da distribuição. Por exemplo, Davis e Huston (1992) optaram por trabalhar com uma variação de 0,5 até 1,5 em relação à média ao escreverem sobre os Estados Unidos. Birdshall, Graham e Pettinato (2000) escolheram uma variação de 0,75 a 1,25 vezes a média para trinta países, incluindo países desenvolvidos e subdesenvolvidos além de países da América Latina. No entanto, por serem baseadas na renda relativa, elas possuem um problema pelo fato de que cada país possui uma renda média. Isto é, as rendas médias, bem como as classes médias, diferem entre os países.

Existe também uma alternativa que utiliza valores com base no rendimento absoluto. Ou seja, com essa alternativa não temos mais o problema que tínhamos

anteriormente. Aqui a classe média é identificada através de valores de renda ou de consumo, como faz Neri (2008) explicitado no início do capítulo.

Entretanto, após análise dos métodos de classificação, devemos focar naquele que será aqui empregado. Baseado no estudo de López-Calva e Ortiz-Juarez (2011), a definição descrita no estudo do Banco Mundial (Ferreira et al, 2012) será a utilizada no presente estudo. A escolha foi motivada, principalmente, pela recenticidade do estudo e credibilidade da instituição que o fabricou. Além disso, a viabilidade de coletar dados, a clareza da definição e a utilização do rendimento absoluto também são fatores importantes. Vale ressaltar que este estudo do Banco Mundial foi feito para todos os países da América Latina e Caribe.

Para melhor compreendê-la, torna-se necessário uma breve compreensão da definição utilizada em López-Calva e Ortiz-Juarez (2011). Este artigo propõe uma definição de classe média a partir de limiares baseados no rendimento absoluto. Os autores, tendo como base Chile, Peru e México, procuraram um valor de renda que correspondesse aos requisitos mínimos de um conjunto de atividades e realizações que definissem a classe média e optaram para estes requisitos mínimos a segurança econômica. Esta, então, é medida como o inverso da vulnerabilidade de cair para a faixa da pobreza. Eles utilizaram a probabilidade de 10% de cair na pobreza em um intervalo de cinco anos como uma linha divisória operacional entre vulnerabilidade e segurança econômica, para que assim se pudesse chegar nos limiares inferiores.

Ferreira et al (2012), com o objetivo de definir os limiares inferiores resolveram, então, fazer uma abordagem subjetiva tendo como base o auto relato da sociedade com o intuito de observar o menor nível de renda em torno do qual mais pessoas se considerassem classe média do que se avaliassem pobres ou de classes inferiores. Para isto, utilizaram pesquisas domiciliares e dados da *Encuestas de Cohesión Social en América Latina* (Ecosocial) elaborada pelo grupo chileno de pesquisa Corporación de Estudios para Latinoamérica (CIEPLAN). As pesquisas tiveram como respostas as seguintes categorias: classe baixa, classe média-baixa, classe média, classe média-alta e classe alta. O estudo, então, classificou as classes baixa e média-baixa como sendo um grupo abaixo da classe média e os outras três classes como o grupo a fusão “classe média e elite”. Com os resultados encontrados, foi elaborado um gráfico com as funções de densidade da distribuição de renda de todos os entrevistados que se consideraram no grupo abaixo da classe média, e o mesmo foi feito para aqueles que se consideraram no grupo “classe média e elite”. Por conseguinte, com a simplicidade de não trabalhar com

decimais e com a grande proximidade dos resultados encontrados por López-Calva e Ortiz-Juarez (2011), o valor adotado como limite inferior será o mesmo: PPC US\$10 per capita por dia.

Em contrapartida, o valor utilizado para definir o limite superior da classe média em Ferreira et al (2012) não é calculado com base em pesquisa de representatividade das classes mais altas devido à certas incertezas, como, a menor confiança e atenção dada às pesquisas. Em resumo, o valor escolhido acaba por ser o mesmo de López-Calva e Ortiz-Juarez (2011) de PPC US\$50 per capita por dia.

Para o presente estudo, apenas os valores limiars da classe média serão utilizados. Ou seja, o importante é saber que a classe média possui uma renda per capita e por dia entre PPC US\$10 e PPC US\$50. Apenas à título de curiosidade, vale aqui citar os valores utilizados para as demais classes em Ferreira et al (2012): pobreza com até PPC US\$4, vulneráveis à pobreza entre PPC US\$4 e PPC US\$10 e classe alta a partir de PPC US\$50.

4 Vulnerabilidade da Classe Média

Tendo como objetivo avaliar a vulnerabilidade da classe média, o presente estudo pretende coletar dados e informações sobre a renda dos brasileiros e seus bens duráveis em duas épocas diferentes a fim de analisar se, de fato, o aumento na renda implica em um menor grau de vulnerabilidade. A vulnerabilidade aqui avaliada ocorre quando, dado um choque qualquer na economia, os indivíduos sofrem uma excessiva perda de renda e não possuem garantias para permanecer ou, pelo menos, não perder sua riqueza. Isto é, analisaremos o tamanho da riqueza de brasileiros pertencentes à classe média para avaliar se estes estão muito expostos ou não a choques na economia, mesmo que em pequena escala.

Para avaliar o grau de riqueza dos brasileiros da classe média, serão avaliados os bens duráveis que este percentual possui. Foram selecionados, então, os seguintes bens: máquina de lavar, televisão a cores, telefone, freezer e geladeira.

Todos os dados pesquisados para possibilitar a futura análise foram extraídos da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) nos anos de 1992 e 2009. A PNAD, anualmente, é responsável por investigar características gerais da população brasileira, tais como, educação, rendimento, trabalho entre outros aspectos. Seus resultados são de grande importância, servindo como instrumento para a criação e validação de políticas para o país todo, além de ser utilizada como base para conceituados artigos. Esta pesquisa é feita desde 1968 e tem excelente reputação.

Dados os valores determinados no capítulo anterior, para analisarmos a classe média, será necessário também olhar para a renda. Como os valores determinados estão em dólar, logo, torna-se necessário passar os valores para Real. Também não poderemos atentar apenas para a taxa de câmbio, é imprescindível a utilização da PPC (Paridade do Poder de Compra). A paridade do poder de compra nos diz a relação do poder aquisitivo entre duas moedas diferentes, isto é, é a taxa de câmbio pela qual uma cesta de bens com o mesmo valor pode ser comprada em dois países diferentes.

Anualmente, o semanário *The Economist* publica o índice Big Mac. Este índice é uma lista de paridade de poder de compra baseada no custo de comprar o sanduíche do

Mc Donald's. Fato é que este bem pode ser facilmente encontrado no mundo todo. O semanário calcula a média de preços do sanduíche nos Estados Unidos e compara a taxa de câmbio na qual o preço do sanduíche seria igual ao preço nos EUA com o preço do mesmo em dólar americano usando a taxa de câmbio corrente. Embora este seja um índice mais simples do que muitos estudos sobre a PPC, a história nos mostra que os valores costumam ser bastante parecidos com os demais estudos. Dessa forma, para a nossa análise, US\$1 equivalerá a R\$2,25 segundo o índice do Big Mac em julho de 2009.

De acordo com a definição do capítulo anterior, a classe média possui renda que varia de US\$10 a US\$50 por dia e per capita. Utilizando o índice citado acima, se US\$1 equivale à R\$2,25, então a classe média do Brasil terá renda per capita por dia entre R\$22,50 e R\$112,50. Deixando de analisar a renda por dia e pensando no intervalo de tempo de um mês, já que as pesquisas são baseadas em rendas mensais, a classe média brasileira possui renda mensal entre R\$675,00 e R\$3.375,00. Dito isto e após coletar os dados da PNAD de 1992 e 2009, chegamos aos resultados demonstrados no gráfico 4.1 e 4.2, respectivamente.

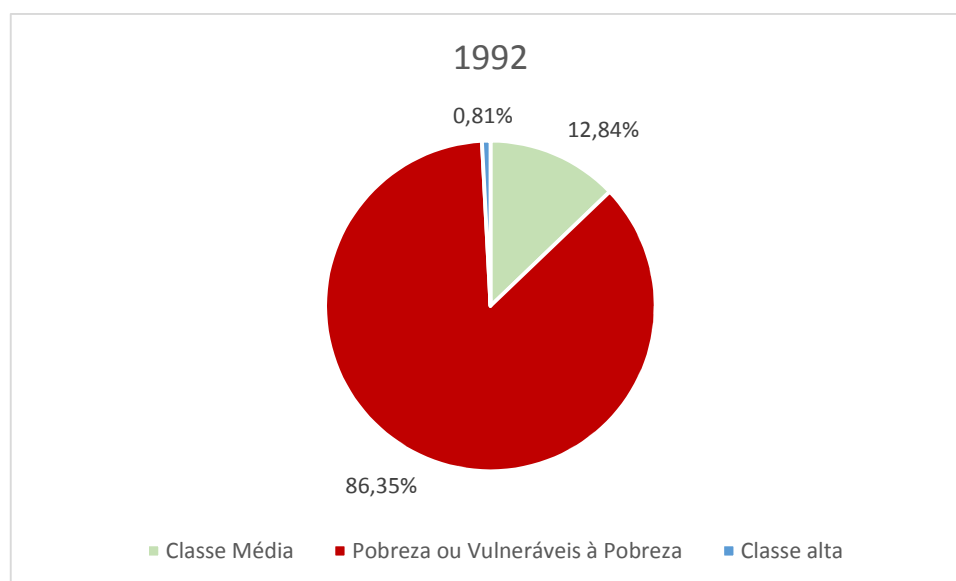


Gráfico 4.1: Distribuição de Classes em 1992

Ao olhar para os dois gráfico fica fácil observar o crescimento da classe média. O que em 1992 representava 12,84% da população, em 2009 passou a ser 22,44%, um aumento de quase 10%. Além disso, a fatia da classe mais alta aumentou 1,22%, o valor

mais que dobrou. Por último, mas não menos importante, a faixa de brasileiros pobres ou vulneráveis à pobreza foi de 86,35% em 1992 para 75,53% em 2009.

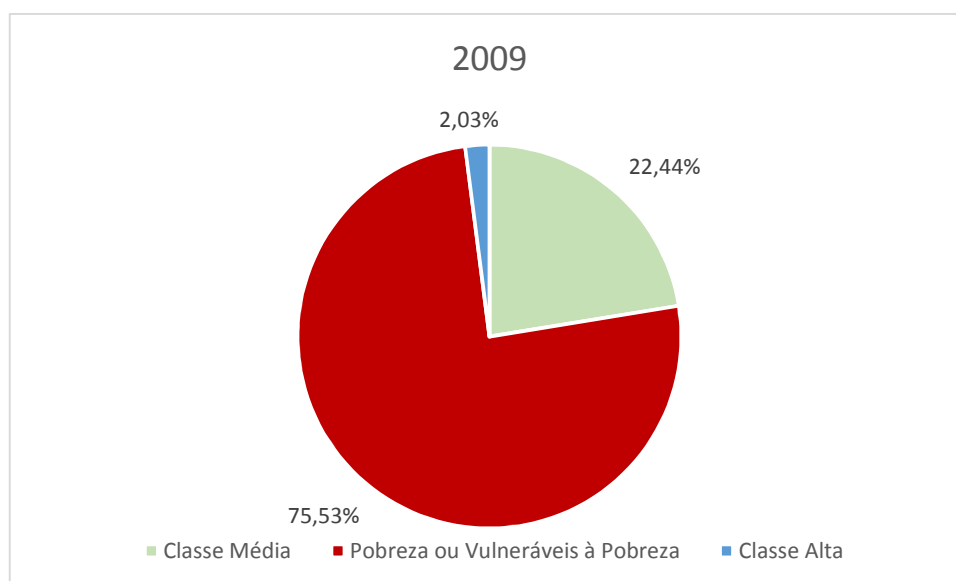


Gráfico 4.2: Distribuição de Classes em 2009

Vendo esses dados, é impossível não relacioná-los com as reformas feitas pelos governos FHC e Lula entre os anos de 1994 à 2010. O Bolsa Escola, que mais a frente veio a se tornar o Bolsa Família, tiveram grande responsabilidade nesses resultados. Crianças e adolescentes passaram a ter mais acesso à educação e com isso tiveram a oportunidade de aumentar as suas rendas futuras. Gerando assim uma mobilidade de classe geracional.

Podemos afirmar que não nos restam mais dúvidas sobre o aumento da classe média brasileira após a análise destes gráficos, no entanto, eles só nos dizem respeito à renda, e não à riqueza. Como o presente estudo já deixou claro, não é o aumento de renda que nos interessa, mas sim avaliar se houve ou não um aumento na riqueza dessa parte da população brasileira. Assim, é possível analisar o grau de vulnerabilidade da mesma.

Dessa forma, o que nos resta agora é utilizar a renda apenas como forma de separar os dados que serão observados. O objetivo, portanto, passa a ser a análise comparativa de riqueza entre 1992 e 2009. Para isso, serão analisadas as diferenças entre a porcentagem de indivíduos de cada classe que possuem determinados bens. Estes bens, como dito anteriormente são percebidos como grau de riqueza.

Primeiramente, serão analisados os dados de 1992 e 2009 referentes à posse ou não de telefone. Os resultados podem ser vistos no gráfico 4.3. Diferentemente dos bens que serão analisados posteriormente, a pesquisa referente ao telefone possui uma particularidade. Enquanto no ano de 1992 apenas um dos dados foi coletado, em 2009 foram dois. Isso decorre do fato de que 1992, embora já tenha sido inventado, o uso do telefone móvel ainda não era difundido.

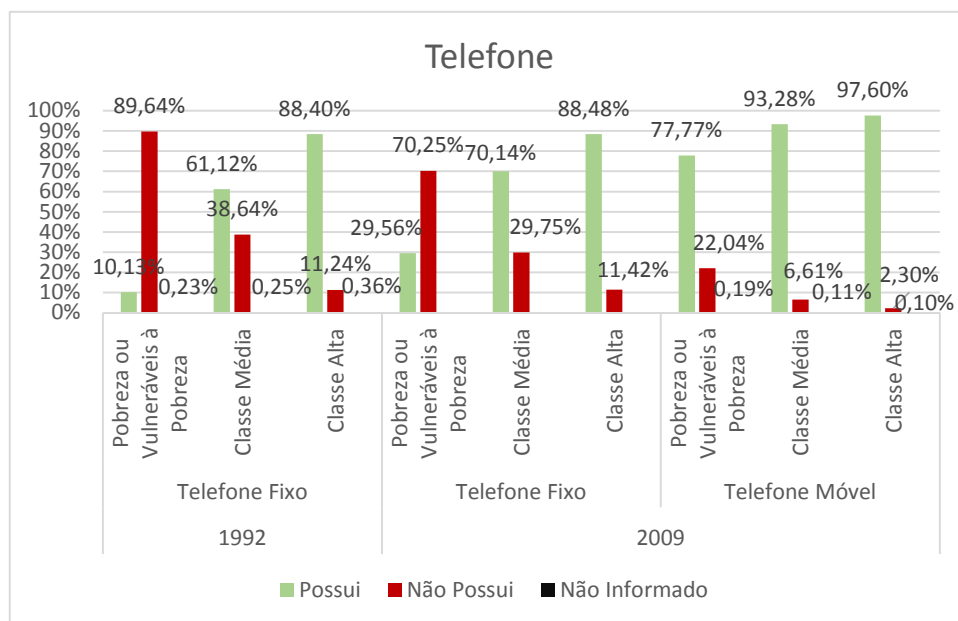


Gráfico 4.3: Presença de telefone nos domicílios brasileiros

Se olharmos apenas para o telefone fixo, percebemos que a classe média teve uma melhora de 9,02%. Já a classe alta teve um crescimento quase insignificante de 0,8% enquanto a classe mais baixa teve o maior aumento, de 19,43%. No entanto, a diferença entre esta última e as demais classes continua grande.

Esta situação nos saltaria mais aos olhos se a porcentagem da população mais pobre com celular não fosse tão alta. Esta porcentagem atinge o número de 77,77%. Um fato curioso demonstrado neste gráfico nos mostra que os brasileiros têm preferência por telefone móvel ao telefone fixo.

Se focarmos a atenção para a classe média, percebemos que ela teve um aumento representativo na posse de telefone. Em 1992, 61,12% da classe possuía telefone. Já em 2009, 70,14% tinha telefone fixo e, incrivelmente, 93,28% possuía telefone móvel. Neste último dado, o valor se aproxima consideravelmente ao percentual dos mais ricos, permanecendo uma diferença de apenas 4,32%.

O próximo dado a ser analisado é a TV em cores. O gráfico 4.4 nos mostra os resultados. Em 1992, a tecnologia já era bem difundida na classe média, isto é, 91,48% dos brasileiros da classe média já possuíam TV em cores. Em 2009 o valor aumentou, passou a ser 98,83%.

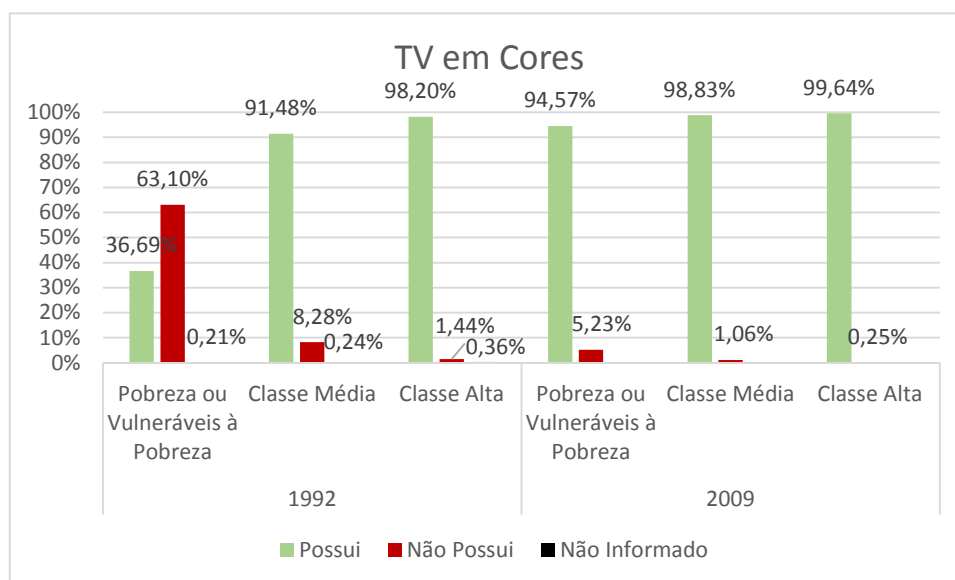


Gráfico 4.4: Presença de TV em cores nos domicílios brasileiros

Neste gráfico, o que chama mais atenção é o aumento da porcentagem de brasileiros pertencentes à pobreza ou vulneráveis à mesma que possuem TV em cores. O valor passou de 36,69% para 94,57%. O crescimento foi bastante significativo, o valor de 2009 conseguiu ultrapassar o percentual de brasileiros da classe média que possuíam o bem em 1992.

Outro ponto relevante do gráfico 4.4 é a diminuição das diferenças entre as classes. Em 1992, a diferença entre a classe mais rica e a mediana era de 6,72%, no entanto, em 2009 essa diferença passou a ser de 5,07%. Ou seja, a diferença entre classes mais distantes em 2009 foi menor do que a diferença em 1992. Por conseguinte, corroborando com o que já foi visto na análise do bem telefone, o país estaria caminhando para uma redução da desigualdade de riqueza entre seus cidadãos. Entretanto, para que a análise seja mais consistente é necessário prosseguir com a análise dos demais bens.

Dito isto, o próximo gráfico a ser analisado nos mostra a posse de geladeira entre as três classes. No gráfico 4.5, podem ser observadas diferentes colunas dos gráficos vistos anteriormente. A riqueza analisada pela posse do bem não está apenas descrita

como “Possui” e “Não Possui” e sim se a geladeira que o entrevistado possui é de uma ou duas portas. Duas portas representa que o bem, além de exercer a função de geladeira, ainda possui congelador. Isto é, quanto maior a quantidade de portas, mais caro o bem, o que representa um grau de riqueza ainda maior. Este tipo de análise foi feita para os dois períodos de tempo avaliados.

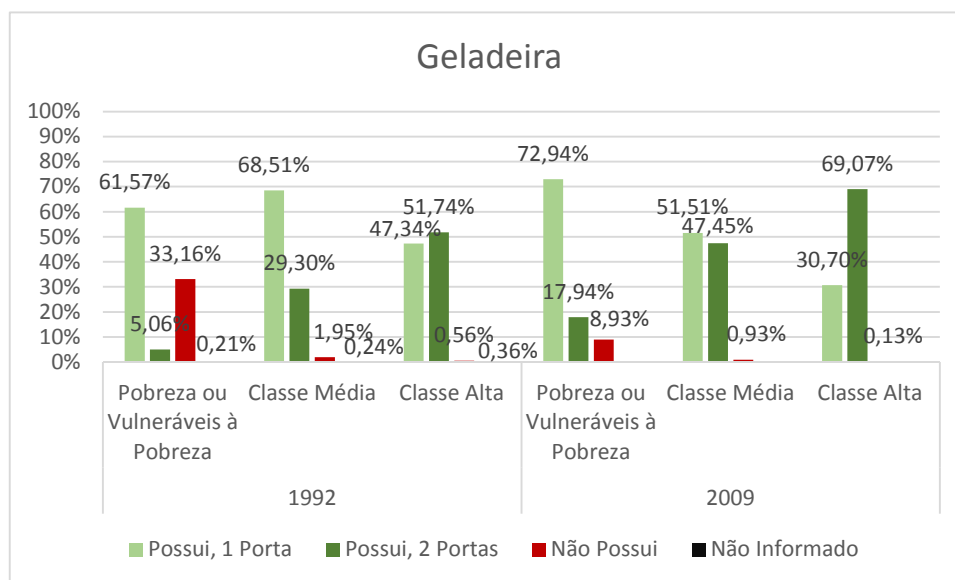


Gráfico 4.5: Presença de geladeira nos domicílios brasileiros

Pode-se perceber que, quanto maior o nível de renda, maior a preferência por geladeira de duas portas. Entretanto, mesmo a classe mais rica não teve total preferência por este tipo do bem. Enquanto isso, a classe média ficou no meio do caminho, sendo bem parecidos os números de pessoas que têm geladeira de uma e de duas portas.

A porcentagem de pessoas que não possuem o bem diminuiu para todas as classes, sem exceção, no entanto, essa diminuição foi mais significativa para a classe mais pobre. Ainda assim, a diminuição não foi tão significativa se comparada a TV em cores.

Contudo, o estudo sobre a posse de geladeira com uma ou duas portas está extremamente ligada à posse de freezer. Pensando sobre a visão de bens complementares ou substitutos, é fundamental levar em conta o fato de que uma geladeira de uma porta e o freezer são bens complementares. Além disso, uma geladeira de uma porta mais um freezer é um bem substituto à uma geladeira de duas portas. Podem não ser substitutos perfeitos, mas certamente são substitutos. Tendo isso em vista, é necessário avaliar o gráfico 4.5 junto com o gráfico 4.6, o qual nos mostra a posse de freezer entre os brasileiros.

Primeiramente, olhando para o gráfico 4.6, é possível perceber uma importante diferença entre os demais já vistos nesse capítulo. Pela primeira vez, a porcentagem de pessoas que não possuem o bem, tanto na classe alta como na classe média, aumentou. A classe mais pobre foi a única que diminuiu. No entanto, a diminuição não foi grande. A porcentagem dos mais pobres que não possuem freezer continuou elevada em 2009, atingindo 88,79%.

Interessante também é perceber que ainda assim, quanto maior a renda per capita, maior a quantidade de indivíduos que possuem o bem.

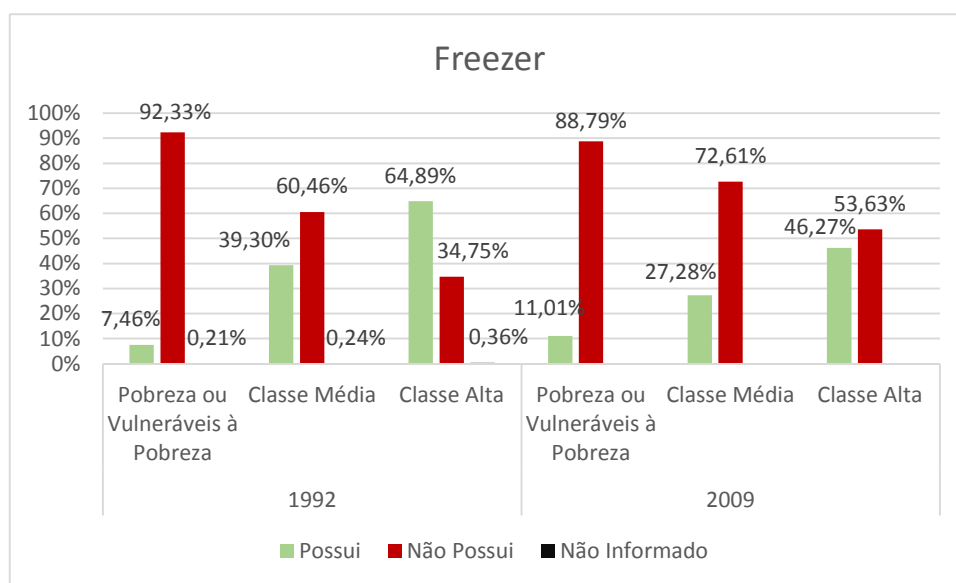


Gráfico 4.6: Presença de freezer nos domicílios brasileiros

Os números apresentados nos últimos dois gráficos nos leva a crer que a ideia de bens complementares e substitutos descrita anteriormente, é verdadeira. Além disso, no conjunto também é possível perceber a diminuição da desigualdade e o aumento da riqueza em todas as classes.

Por último, mas não menos importante, será necessário avaliar a presença da máquina de lavar roupa nos domicílios avaliados. O gráfico 4.7 nos mostra os resultados da pesquisa.

Assim com no gráfico 4.6, este último nos mostra uma porcentagem elevada, tanto em 1992 como em 2009, de pessoas das classes mais baixas que não possuem o bem.

O maior aumento do percentual de indivíduos que não tinham máquina de lavar roupa em 1992 e passaram a possuir em 2009 foi na classe mais elevada. Se deixarmos

de lado o freezer, dado que este é um caso especial, a máquina de lavar é o bem que possui o menor percentual de indivíduos possuidores do bem.

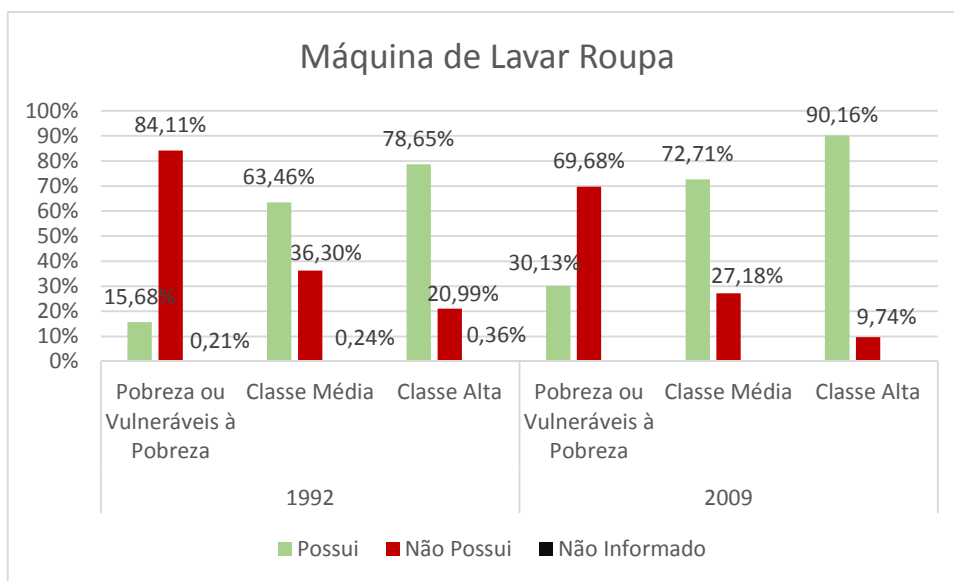


Gráfico 4.7: Presença de máquina de lavar roupa nos domicílios brasileiros

Mantendo o foco na classe média, a máquina de lavar roupa em 1992 estava presente em 63,46% dos domicílios. Já em 2009, esse valor passou para 72,71%.

Alguns aspectos são relevantes avaliar os números “pessimistas” apresentados no gráfico 4.7. Um deles é a terceirização do serviço de lavar roupa, as pessoas podem preferir pagar lavanderias especializadas ao invés de ter o trabalho em casa, já que o serviço de empregada doméstica encareceu significativamente nos últimos anos. Outro aspecto é o aumento do número de lavanderias self service ou comunitárias, capazes de diminuir os custos já que, ao invés de um domicílio ter que arcar com as despesas de uma máquina de lavar, vários se juntam e arcam com o preço de uma única para todos os envolvidos.

Ainda mais importante que isso, a máquina de lavar, assim como a geladeira, são os bens mais caros dessa cesta analisada no presente estudo. Se compararmos os dois, pode-se perceber que os preços são bastante similares. Embora a geladeira possa ser um pouco mais cara que uma máquina de lavar roupa, este último bem pode ser visto, de certa forma, como um de luxo. Mantendo a linha de raciocínio, sendo a máquina de lavar roupa um item mais caro que o telefone fixo, o celular e a TV em cores, separadamente, sendo ainda um bem de luxo e existindo substitutos mais baratos (não

esquecendo, é claro, a opção que um indivíduo tem de lavar a roupa na mão), é possível entender o porquê que este último apresenta resultados piores e diferentes dos demais.

No entanto, mesmo apresentando um resultado pior, ele continua sendo positivo. Afinal, se observarmos o gráfico como um todo, vemos que mais domicílios possuem máquina de lavar roupa em 2009 do que em 1992.

5 Conclusão

Após analisar os dados coletados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (PNAD) de acordo com as premissas relativas à renda estabelecidas anteriormente, o presente estudo pôde mostrar resultados bastante interessantes. Antes de focar na classe média, é preciso olhar para os brasileiros das demais rendas para que ao fim, possamos compará-las.

Ao direcionar os olhos para a classe mais rica, com renda per capita mensal a cima de R\$3.375,00, pode-se observar que a mesma, de 1992 para 2009 apresentou aumento de riqueza. A situação que no primeiro período analisado já era bastante confortável, tornou-se ainda mais nos últimos anos. Deixando o freezer de lado, os demais bens estão presentes em quase todos os domicílios dos mais ricos. Até mesmo a máquina de lavar roupa que é um bem considerado de luxo está presente e em 90,15% das casas estudadas. Mesmo com o aumento de impostos e com a melhora na distribuição de renda do país, podemos dizer que os ricos estão cada vez mais ricos. No entanto, ao olharmos para trajetória dos demais brasileiros, vemos que embora tenha ocorrido um aumento na riqueza, não pertence aos mais ricos o maior aumento na qualidade de vida (nesse ponto, enxergando a riqueza como uma medida de qualidade de vida).

Observando agora o outro extremo da sociedade, vemos que durante esses dezessete anos (de 1992 a 2009) mudanças drásticas ocorreram. Antes de focar nos itens, analisando os primeiros gráficos do capítulo anterior vemos que houve uma redução da parcela da população que possui uma renda mensal inferior à R\$675,00 per capita que ultrapassa 10%.

Além da porcentagem da população com renda inferior ter diminuído de forma significativa, vemos que essa parcela da população que permaneceu ou adentrou à esta classe teve importante aumento no nível de riqueza. O telefone que em 1992 estava em aproximadamente 10% dos domicílios, em 2009 quase chega à 80%. A TV em cores passou a estar em mais que o dobro da porcentagem de casas observadas no período anterior. A porcentagem de geladeiras presentes também aumentou, assim como sua qualidade, aumentando o número de geladeiras de duas portas. A presença de freezer e

de máquina de lavar roupa no ano mais recente também aumentou, embora não tenha sido um aumento de nível similar aos demais bens.

O que chama a atenção é que os maiores aumentos foram observados nas classes mais baixas, isto é, quanto menor o nível de renda, maior foi o aumento de riqueza de 1992 para 2009. É inegável a importância de políticas de redistribuição de renda para esses resultados. O bolsa família, programa de transferência de renda direta, é uma das políticas mais importantes para a melhora de qualidade de vida dos mais pobres. Com um custo relativamente baixo para o governo e obrigando as crianças a estarem matriculadas e com um pré-estabelecido percentual de presença nas aulas, o programa além de aumentar a renda do cidadão participante, faz com que crianças que antes estariam trabalhando desde muito novas, tenham a obrigatoriedade de ir à escola para se capacitar e chegar mais preparada ao mercado de trabalho. De fato os benefícios gerados pelo programa são evidentes, no entanto, algumas falhas podem ser notadas, como a falta de fiscalização dos participantes, a transformação do plano que deveria ser paliativo em uma política perpétua, entre outros. Entretanto, a discussão da qualidade e da forma que são elaboradas e executadas as políticas do governo não fazem parte do escopo do presente trabalho.

Mantendo o foco novamente na classe média, inicialmente vemos que a porcentagem da população que a compõe quase duplicou em dezessete anos (o que em 1992 representava 12,84% da população, em 2009 passou para 22,44%). Com a diminuição da população mais pobre e o aumento da classe mais rica, podemos induzir uma mobilidade de classes positiva durante esses anos, isto é, a grande parcela dos brasileiros que mudaram de classe nesse período ascendeu socialmente. Importante ressaltar que essa hipótese não implica na inexistência de mobilidade negativa (por exemplo, um indivíduo deixar a classe alta para ingressar na classe média, ou deixar a classe média para ingressar na classe mais pobre), apenas sinaliza de que esta ocorreu em menor grau do que a mobilidade positiva. Além disso, devemos lembrar também a hipótese, mesmo que menos provável, da mobilidade entre extremos, isto é, indivíduos que deixaram de fazer parte da classe mais pobre para fazer parte da classe mais rica e vice versa. Todos esses tipos de mobilidade devem ser levados em conta no momento da análise das variações percentuais dos brasileiros em cada uma das classes entre os dois períodos analisados.

Deixando a mobilidade de classes um pouco de lado, assim como as demais classes, os indivíduos da classe média também apresentaram aumento do nível de

riqueza. Ao realizar comparação, percebe-se que, em relação ao telefone, o que chama atenção entre os dois períodos é o aumento da presença de telefones móveis nos domicílios. Ao observar que a posse de telefone fixo apresentou um aumento de aproximadamente 9% o que já é bastante considerável, o telefone móvel que, em 1992 nem fazia parte da pesquisa por quase não existir, em 2009 passou a fazer parte de mais de 90% dos domicílios, isto é, tornou-se presente na vida de quase todos os brasileiros de classe média.

Já a televisão em cores por muito pouco não pode ser observada em todas as casas da classe média. A geladeira que também já demonstrava estar fortemente presente nessas casas, entre os dois períodos estudados, continuou demonstrando bom resultado e ainda melhorou a qualidade, sendo quase a metade geladeiras de duas portas. Em contrapartida, o freezer apresentou uma queda de mais de 10%. A máquina de lavar roupa, mesmo sendo aqui considerada um bem de luxo também obteve um crescimento e este foi de pouco menos de 10%. Isto é, como já visto anteriormente, a única queda no nível de posse de bem na classe média se refere ao freezer.

Após a elaboração das análises referentes aos bens fica comprovado que não houve apenas um aumento do nível de renda dos brasileiros nos últimos anos, mas também é possível observar o aumento do nível de riqueza no mesmo período. Os domicílios passaram a ter mais eletrodomésticos (bens duráveis). Este aumento pode ser percebido como uma maior estabilidade dos brasileiros frente a um choque. Isto é, caso haja uma crise e um indivíduo seja afetado por um choque negativo na renda, como sua riqueza aumentou e é mais estável, o choque, dependendo, é claro, de sua potência, não terá tanto impacto na vida do indivíduo. Se em 1992 e em 2009 acontecessem choques de igual proporcionalidade, dados os resultados que obtivemos até o momento, em 2009 esse choque proporcionaria menor impacto na vida dos brasileiros do que no período anterior.

Entretanto, devemos refletir se esse aumento de riqueza não foi também bastante impulsionado pelo aumento dos níveis de renda acarretados por políticas de redistribuição. Ou seja, será que o brasileiro, se não houvessem as políticas de redistribuição, seria capaz de sozinho aumentar o seu nível de renda?

Uma das principais questões que devem ser levadas em consideração para pensar sobre o assunto é a educação pois, quanto maior o nível de escolaridade de um indivíduo, mais ele saberá andar com as suas próprias pernas. Isto quer dizer que, se deixarmos de fora as políticas de redistribuição que são responsáveis por aumentar a

renda do indivíduo sem que ele tenha que fazer esforço, um modo de se medir as chances de uma pessoa ser capaz de aumentar sua própria renda e, por conseguinte, o nível de riqueza, é a educação. Quanto melhor a educação, mais preparado estará para o mercado de trabalho e, assim, para concorrer a salários maiores.

Tendo em vista a importância da educação, uma forma de analisá-la é conferindo os resultados encontrados pelo PISA (Programme for International Student Assessment). O programa visa avaliar a qualidade da educação oferecida nos países participantes. Com esse intuito, a cada três anos são aplicadas provas de Matemática, Ciências e Literatura para estudantes que, pressupõe-se, já tenham terminado a escola básica obrigatória. O gráfico 5.1 nos mostra a trajetória dos resultados obtidos pelos estudantes brasileiros no período de 2000 a 2012.

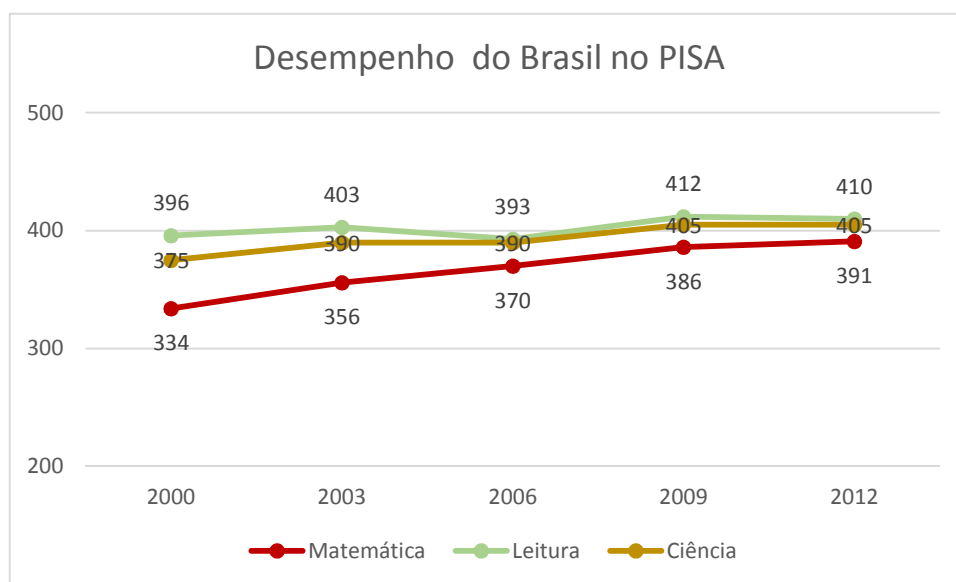


Gráfico 5.1: Desempenho do Brasil no PISA ao longo dos anos

De fato o Brasil tem melhorado o desempenho, principalmente em Matemática que em 2000 estava consideravelmente abaixo das demais. Outro aspecto observado no quadro é o fato das notas nas diferentes áreas de conhecimento estarem se igualando ao longo do tempo. Entretanto, embora seja perceptível a melhora no desempenho, é perceptível também o fato de que a melhora deixou a desejar, isto é, melhorou mas nem tanto quanto precisava.

O quadro se torna mais alarmante quando comparamos os resultados do Brasil com os demais países participantes do programa. Em 2012, dos 63 países analisados, o Brasil ficou em 55º lugar na média geral, logo atrás do Uruguai. Já o Chile ficou em 48º

lugar. Em comparação com os demais países latinos, o Brasil esteve a frente apenas da Argentina (57°), Colômbia (60°) e Peru (63°).

É curioso também observar os dados referentes ao ano de 2009, dado que faz parte do período analisado no presente trabalho e podemos refletir, comparando com os dados de 2012, o rumo que o Brasil está tomando. Nesse ano, 65 países participaram e o Brasil ficou em 54° lugar, o que nos diz que em três anos o Brasil caiu uma posição, no entanto, havia mais países participando também, o número então não nos mostra grande relevância. Assim como feito anteriormente, o importante é avaliar o Brasil aos demais países latino americanos, pois possuem grande semelhança. Assim, olhando para os demais, o Brasil já estava atrás do Uruguai (48°) e do Chile (45°), no entanto, a frente da Colômbia (57°), Argentina (58°) e Peru (65°).

Entre os dois períodos o Brasil de fato se aproximou dos países que estavam a sua frente, no entanto, ao mesmo tempo os países que estavam piores que o nosso, também se aproximaram.

Com os resultados não muito diferentes na educação e com o menor crescimento do PIB nos últimos anos, é possível pensar que o Brasil tenha caído na armadilha de renda média. A armadilha da classe média consiste na dificuldade que país tem de deixar de ser um país em desenvolvimento para se tornar um país desenvolvido, isto é, quando o país estagna na sua posição.

No período analisado no presente estudo ficou claro que o país cresceu, a classe média aumentou e a pobreza diminuiu como provamos ao longo dos capítulos. No entanto, quando analisamos o período de 2009 a 2014, parece que o país parou no tempo. Outros países já se encontraram nessa posição, os Tigres Asiáticos (Hong Kong, Coréia do Sul, Singapura e Taiwan), por exemplo, passaram por isso e conseguiram superar. A solução encontrada por estes foi a realização de fortes investimentos na área da educação. O resultado desses investimentos foram positivos, o que nos leva a idealizar o mesmo caminho para o Brasil.

O problema é que, como vimos nos resultados do PISA, o país ainda deixa muito a desejar, a melhora dos últimos anos foi quase insignificante. De fato, aumentar os investimentos e assim conseguir melhorar e controlar a educação de um país é mais fácil em países menores, o que pode ser observado nos Tigres Asiáticos. Entretanto, dado o tamanho do Brasil, este é mais um dos muitos obstáculos rumo ao crescimento do país.

Assim, podemos chegar a conclusão de que o país possui grandes dificuldades para sair da situação atual. No entanto, não podemos esquecer que muito já foi

conquistado e, como vimos os brasileiros não só aumentaram significativamente sua renda mas também o nível de riqueza. Programas de redistribuição, a diminuição do desemprego e o controle da inflação foram fundamentais para os resultados encontrados. Contudo, um desses fatores pode causar grande impacto negativo nos próximos anos.

A inflação muito provavelmente ultrapassará a sua meta. Tendo em mente interferência do governo nas tarifas de energia, combustíveis e transportes, a inflação que já está quase em seu limite, não demorará muito para ultrapassá-lo. Segue abaixo uma análise da Mônica De Bolle em seu blog sobre os possíveis cenários brasileiros em um futuro bem próximo:

“O tamanho do tranco pode variar dependendo da estratégia de cada um, mas os riscos de colapso do sistema elétrico chegaram a tal ponto que algumas medidas serão incontornáveis. São três as opções: soltar os preços e deixar que a inflação suba, selando um compromisso com a sociedade de trazê-la de volta para a meta num horizonte de tempo aceitável; soltar os preços e controlar a subida da inflação com uma alta de juros indigesta, o que talvez fizesse o crescimento cair e o desemprego aumentar; tentar ignorar os fatos, o que provavelmente provocaria uma crise energética no País, com todos os desdobramentos nefandos para crescimento, inflação, desemprego, contas públicas, classificação de risco do País e por aí vai.”

Como podemos ver, o cenário atual nos faz acreditar que uma crise está para acontecer. Com um possível aumento na taxa de juros, o crédito se tornará mais caro e assim menos pessoas terão acesso ao mesmo. Além de outros impactos como dito no trecho acima, o desemprego, por exemplo.

Resta esperar para ver qual será o impacto para a classe média do país. Pelo que já foi demonstrado a riqueza aumentou de fato, assim como a renda, o que nos leva a crer que os brasileiros estão mais preparados do que em tempos passados para o que está por vir. O choque poderá portanto não ser mais tão devastador, dado que os brasileiros possuem mais garantias do que no passado.

Referências Bibliográficas

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em < <http://www.bcb.gov.br>> Acesso em: 05 nov.2013

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 26 abr. 2014

DE BOLLE, M. O tamanho do tranco. Disponível em <<http://avaranda.blogspot.com.br/2014/04/o-tamanho-do-tranco-monica-baumgarten.html>> Acesso em: 25 mai. 2014

GIAMBIAGI, F. et al. Economia Brasileira Contemporânea:1945-2010. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011

KRUGMAN, P.; WELLS, R. Introdução à Economia. Tradução de: HOFFMAN, H. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

MILLS, C. Wright. A nova classe média (white collar). 2. ed Rio de Janeiro: Zahar, 1976. 380 p

NERI, M. C. (Coord) A Nova Classe Média. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, ago. 2008

NERI, M. C. (Coord) A Nova Classe Média: O Lado Brilhante dos Pobres (The Bright Side of the Poor). Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, set. 2010

PISA: Programme for International Student Assessment. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/internacional-novo-pisa-resultados>> Acesso em: 19 mai.2014

SCALON, C.; SALATA, A. Uma nova classe média no Brasil da última década? O debate a partir da perspectiva sociológica. Sociedade e Estado vol.27 no.2. Brasília, mai/ago. 2012

The World Bank. Economic Mobility and the Rise of the Latin American Middle Class. Washington, 2012 Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/11858/9780821396346.pdf>>. Acesso em 12 de outubro de 2013